BELO MONTE: GOVERNO LEILOA DESTRUIÇÃO DO XINGU

[pág 10]

QUEM É RESPONSÁVEL POR NÃO HAVER FRENTE DE ESQUERDA?

[págs 6 e 7]

PSTU

Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR ▸ NÚMERO 403 ▸ DE 28 DE ABRIL A 11 DE MAIO DE 2010 ▸ ANO 14

R$ 2

O PREÇO DA DESTRUIÇÃO DA NATUREZA

É possível um desenvolvimento capitalista com preservação ambiental? [págs 8 e 9]

O QUE É O CLASSISMO?

Por que trabalhadores e patrões não devem se unir [págs 14 e 15]

FALA ZÉ MARIA

Governo Lula desrespeita aposentados

[pág 3]

HONDURAS: ASSASSINATOS CONTRA ATIVISTAS

[pág 11]

REUNIÃO DA CONLUTAS DEBATERÁ NOVA ENTIDADE

[págs 12 e 13]

PRIMEIRO DE MAIO CLASSISTA EM TODO O PAÍS

[pág 4]

CRIMINALIZAÇÃO I – A violência contra os trabalhadores rurais vem aumentando. É o que aponta a publicação Conflitos no Campo Brasil 2009, da Pastoral da Terra (CPT), do dia 15 de abril.

CRIMINALIZAÇÃO II – Segundo o relatório, houve aumento de 22% no número de prisões - 168 contra 205. A elevação das ordens de despejo emitidas pela Justiça cresceu 36,5%.

ELEIÇÃO INDIRETA

No último dia 17, o Distrito Federal, após mais de 25 anos do fim da ditadura militar, elegeu seu novo governador em eleição indireta. A votação foi realizada na Câmara Legislativa, onde há um bom número de parlamentares envolvidos no escândalo de corrupção que derrubou o ex-governado Arruda. Do lado de fora da Câmara, estudantes e manifestantes protestavam pacificamente e, também como na época da ditadura, foram covardemente reprimidos.

PÉROLA

Até perdemos dinheiro, mas depois ganhamos mais do que perdemos

LLOYD BLANKFEIN, presidente do Goldman Sachs, banco que chegou a ganhar US$ 51 milhões em um único dia apostando na piora da crise econômica (Folha de S. Paulo, 25/4).

AMÂNCIO

O LEILÃO DE BELO MONTE

OBRIGADO, LULA! É REALMENTE UM BELO MONTE...

EMPREITEIRAS

Amâncio 2010

PRISÃO DE DITADOR

O último ditador da Argentina foi condenado a 25 anos de prisão por um tribunal de direitos humanos. Reynaldo Bignone, de 82 anos, teve responsabilidade em 56 casos de tortura e detenções ilegais em um dos maiores centros de repressão no país, a base de Campo de Mayo. Bignone foi o presidente argentino de 1982 a 1983. Enquanto na Argentina os ditadores são presos, aqui no Brasil eles continuam impunes, tirando sarro de seus crimes. Em entrevista recente, o general Leônidas Pires Gonçalves disse que muitas pessoas se dizem torturadas para ganhar a Bolsa Ditadura, e que ninguém foi preso injustamente durante o regime militar no Brasil.

90 ANOS DE LUTA

Neste mês de abril, o veterano trotskista e dirigente operário Bill Hunter completou 90 anos. Com mais de 70 anos de militância, Hunter começou a trabalhar numa fábrica metalúrgica em Londres, no ano de 1936. Dois anos depois, ele entrou em um grupo trotskista ligado à Quarta Internacional, que naquele momento estava sendo fundada. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele foi diretor sindical de base na fábrica de aviões da Chrysler, em Londres; em 1954 ele e sua esposa, Rae, foram expulsos do Partido Trabalhista inglês. Em 1988, ajudou a fundar a Liga Socialista Internacional; a ISL tornou-se uma seção da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional.

CAMARADA DO AGRONEGÓCIO I

O deputado Aldo Rebelo (PCdoB), que encabeça a Frente Parlamentar Nacionalista no Congresso Nacional, pretende questionar as motivações de organizações não-governamentais estrangeiras de defesa do meio ambiente. A frente pretende relacionar a atuação no país de organizações não-governamentais com o interesse dos países ricos em internacionalizar a Amazônia. Rebelo é um dos principais defensores da "flexibilização" do Código Florestal e da Lei de Crimes Ambientais, considerada um entrave ao avanço do agronegócio. Algumas organizações ambientais já estão realizando a campanha "Aldo Rebelo, deixe as florestas em paz".

CAMARADA DO AGRONEGÓCIO II

Uma consulta à prestação de contas dos parlamentares da Frente Parlamentar Nacionalista ao Tribunal Superior Eleitoral revela que suas campanhas eleitorais foram financiadas com dinheiro de multinacionais, de empresas brasileiras com capital estrangeiro e de outras com histórico de agressão ao meio ambiente. Aldo Rebelo teve a campanha mais cara, de quase 1,5 milhão de reais. Sua prestação de contas inclui doações "camaradas" da Votorantim, da Camargo Corrêa, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Caemi Mineração, do grupo Vale, somando 740 mil reais. Ou seja, 50% dos fundos da campanha vieram destas empresas.

Veja como foi o lançamento da pré-candidatura de Zé Maria no Rio de Janeiro!

youtube.com/user/PortaldoPSTU

No dia 14 de abril, o PSTU lançou a pré-candidatura à Presidênciade Zé Maria no Rio de Janeiro. Confira o vídeo do evento em que Zé denunciou o descaso com o povo pobre no Rio e as mortes causadas com as chuvas do último mês. Zé explica ainda por que não haverá uma frente de esquerda neste ano.

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265, Saúde - São Paulo - SP
CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: opiniao@pstu.org.br

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Victor "Bud"

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776 assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - R Dr. Rocha Cavalcante, 556 - A
Vergel - (82) 3032 5927
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3015-0010 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
BENFICA -Rua Juvenal Galeno, 710, 60015-340.
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)-CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616 / 8442-6126
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 20, sala 301 Centro - juizdefora@pstu.org.br
UBERABA *uberaba@pstu.org.br*
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-4432

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Edifício Tijucas - Avenida Luiz Xavier, 68, sala 608, Centro - Curitiba - PR, cep - 80020-020
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748
Zona 07 - (44) 3028-6016

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Monte Castelo, 195
Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Barros Júnior, 546
Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Rua 2, nº 153 - BNH - João Bonitoo (24) 2452 4530
VOLTA REDONDA - Edifício Aliança, R. Neume Felipe, 43, Sala 202, B. Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250
(84) 3201-1558

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
PASSO FUNDO - Galeria Dom Guilherme, sala 20 - Av. Presidente Vargas, 432
(54) 9993-7180
GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105, Morada do Vale - (51) 9864-5816
SANTA CRUZ DO SUL - (51) 9807-1722
SANTA MARIA - (55) 8409-0166
santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 77, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3201-5672 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho
edcosta16@itelefonica.com.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Rua Harry Simonsen 134 - (Travessa Monteiro Lobato) – Centro
guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Elíseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186*
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

Defender a natureza é lutar contra o capitalismo

Hoje a preocupação com a natureza já não é restrita a um setor de vanguarda. A sucessão de catástrofes ambientais está trazendo para a consciência de setores de massas de que é preciso fazer alguma coisa para preservar a meio ambiente.

O debate ecológico tem uma importância crescente, e não é por acaso que seja o eixo de campanha de Marina Silva (PV), assim como um ponto importante do programa de Dilma Roussef (PT) e José Serra (PSDB). Mas é impossível ter uma localização correta na discussão ecológica desconhecendo a divisão entre as classes na sociedade capitalista, como fazem Marina, Dilma, Serra e todos os "ecocapitalistas".

Não são simplesmente "homens e mulheres" os que destroem a natureza. São as grandes empresas que controlam o mundo e determinam o que e como produzir que levam, por exemplo, ao aquecimento global.

Tampouco é verdade que "os desastres naturais" afetam a todos por igual. Evidentemente são os mais pobres os mais afetados pelas enchentes e deslizamentos, como se pode comprovar tristemente nesse início de ano no Brasil, Chile e Haiti.

A verdade é que a natureza está sendo duramente afetada pela dominação imperialista, com efeitos que vão atingir inevitavelmente as futuras gerações. Isso torna a batalha pela natureza indissolúvel da luta pelo socialismo.

Não é possível defender a natureza e ao mesmo tempo os governos que a destroem. O governo FHC aplicou duramente o plano neoliberal no país, com suas privatizações e cortes de direitos. Isso também se refletiu no meio ambiente. FHC bateu recordes históricos no desmatamento da Amazônia, mais do que dobrando os índices anteriores.

Já o primeiro governo Lula conseguiu superar FHC no desmatamento. A redução relativa atual dos desmatamentos não mudou a dinâmica destrutiva, que se ampliou com a abertura para os transgênicos e a construção da usina Belo Monte.

Os governos FHC e Lula foram recordistas no ataque ao meio ambiente por aplicarem a risca um plano econômico neoliberal, a serviço das grandes empresas. Dilma e Serra defendem a continuidade desse plano econômico e, portanto, da destruição ambiental. Marina Silva posa de defensora da natureza, mas já disse abertamente que defende a continuidade do modelo econômico. Consegue defender tanto o governo FHC como o de Lula.

Isso tem uma enorme importância para localizar a necessidade de uma alternativa dos trabalhadores, na oposição de esquerda contra Dilma, Serra e Marina também na questão ecológica. Uma estratégia ecosocialista deve ser incorporada pelos movimentos sociais dos trabalhadores e jovens deste país. Essa é a proposta da pré-candidatura de Zé Maria. ■

Fala Zé Maria

Governo Lula desrespeita os aposentados

Está em curso mais um duro ataque aos milhões de aposentados desse país. Os aposentados, que trabalharam por décadas e ajudaram a construir esse país, agora amargam o desprezo do governo. Sofrem com vencimentos cada vez mais defasados, enquanto a inflação de alimentos, remédios e produtos básicos só aumenta. Uma tremenda injustiça.

Agora, o governo Lula declarou que vai vetar a proposta de reajuste que está sendo discutida no Congresso, de 7,7% para as aposentadorias acima do salário mínimo. Hoje, 8,3 milhões ganham acima do mínimo, enquanto outros 18 milhões sobrevivem a duras penas com R$ 510.

A proposta costurada no Congresso está abaixo da reivindicação dos aposentados, que é a equiparação do índice de reajuste dos vencimentos das aposentadorias com o do salário mínimo. O último reajuste do mínimo foi de 9,6%, portanto, todos os aposentados deveriam ter esse reajuste.

Mas nem mesmo essa proposta rebaixada o governo está disposto a conceder. Lula já disse que vai vetar qualquer reajuste acima de 6,14%. A conta que o governo fez pra chegar a esse número foi a seguinte: a inflação mais a metade do crescimento do PIB em 2008. Essa fórmula criada pelo governo serve para manter as aposentadorias arrochadas. No ano passado, por exemplo, o PIB caiu, então, por essa conta, em 2011 as aposentadorias só teriam a inflação.

O governo diz que não pode conceder o reajuste proposto pelo Congresso, pois isso faria "explodir" o Orçamento. O próprio governo afirma que o impacto do reajuste de 7,7% seria de R$ 4,8 bilhões. Lula disse o seguinte sobre a questão: "ao colocar comida no prato das pessoas, tenho de saber a quantidade de comida que tem na panela", afirmando que a Previdência não suportaria um reajuste desse índice.

A panela de Lula para os aposentados, ao que parece, é bem menor que a panela para os grandes banqueiros e empresários. Só no ano passado, por exemplo, o governo pagou R$ 170 bilhões de juros da dívida pública, mais de 35 vezes o que custaria o reajuste das aposentadorias que ele disse que vai vetar. Só para salvar banqueiros e empresários da crise foram R$ 370 bilhões.

Se o governo Lula, porém, já deixou claro o seu desprezo aos aposentados, no Congresso não é diferente. Essa proposta de 7%, mesmo rebaixada, só é movida pelo interesse eleitoreiro dos parlamentares que querem se reeleger. O governo veta, eles ficam bem na fita e fica tudo por isso mesmo.

Só a mobilização direta e a luta dos aposentados, apoiados pelos trabalhadores é que pode reverter isso. Só assim poderemos equiparar o reajuste das aposentadorias e o salário mínimo, valorizar realmente o mínimo e acabar de uma vez por todas com o fator previdenciário. Nossa pré-candidatura estará a serviço dessa luta. ■

Centrais beijam a mão de Dilma e entram na campanha do PT

Festas do 1° de Maio serão palanques eleitorais do governo Lula

DA REDAÇÃO

Em 2010, o 1° de Maio acontece em meio à disputa eleitoral que desta vez começou bem adiantada. De um lado, o tucano e ex-governador de São Paulo, José Serra, tenta recolocar o PSDB e a direita tradicional de volta ao poder. De outro, Dilma Rousseff se esforça para capitalizar a popularidade de Lula e manter o PT na Presidência. Em essência, duas alternativas que significam a continuidade da atual política neoliberal dos últimos 16 anos.

As últimas pesquisas colocam o tucano em estreita vantagem em relação a Dilma. Joga a favor de Serra o fato de ser um rosto mais conhecido e de ter estado à frente do governo paulista. Dilma, porém, vai se apoiar não só no carisma de Lula. Ela tem por trás todo o aparato do PT, da CUT e das principais centrais sindicais. E vai usá-lo para isso, como já vem usando.

Veja como as centrais dividiram o bolo do imposto sindical em 2009 (em reais)

Central	Valor
CUT	26 mi
Força Sindical	22 mi
UGT	13,6 mi
NCST	6,7 mi
CGTB	6,4 mi
CTB	4,6 mi

LIGAÇÕES PERIGOSAS

No dia 10 de abril, o PSDB lançou oficialmente a candidatura de Serra numa pomposa festa em Brasília. O PT viu a necessidade, então, de realizar um ato que funcionasse como um contraponto à festa tucana, fazendo Dilma dividir o noticiário com o oponente. Para isso, não teve dúvida. Organizou em cima da hora um evento em pleno Sindicato dos Metalúrgicos do ABC para fazer propaganda da candidata petista.

Mais do que isso, a festa no sindicato que foi um marco do chamado "novo sindicalismo" selou a união das principais centrais em torno da candidatura Dilma, como expressa a manchete do jornal da entidade: "Dilma, a classe trabalhadora brasileira acaba de assumir sua candidatura". Assim, CUT, Força Sindical, CTB, CGTB e UGT beijaram a mão da candidata e reforçaram seu compromisso com o governo.

DO OUTRO LADO DAS TRINCHEIRAS

O dramático é que as maiores centrais sindicais colocam toda sua estrutura a favor de uma candidatura e de um projeto político contra os interesses dos trabalhadores. Agem de forma consciente para enganar a classe, propagando a ideia de que, sob o governo Lula, a vida melhorou. Não foi por menos que, no evento de "lançamento" de Dilma, foi providenciada uma comissão do Dieese a fim de desfiar uma série de números e estatísticas para convencer os trabalhadores de que o governo é bom.

Nem uma palavra, porém, sobre a reforma da previdência, aprovada em 2003, primeiro ano de governo Lula. Nem uma palavra também sobre o arrocho das aposentadorias, o projeto de lei que limita os reajustes ao funcionalismo público, assim como o avanço generalizado das terceirizações, a superexploração e todos os problemas que afligem o dia a dia da classe trabalhadora.

Não são apenas centrais sindicais pelegas, que tentam impedir a eclosão de lutas e mobilizações. São aparelhos sindicais atados ao governo a fim de facilitar a aplicação de sua política neoliberal contra os trabalhadores. Ou para eleger seu candidato nas próximas eleições.

Quem paga a banda...

Sob o governo Lula, centrais receberam milhões

O atrelamento das maiores centrais sindicais ao governo não se dá apenas por ideologia. Com o governo Lula e o chamado "reconhecimento" das centrais, uma parte da reforma sindical aprovada pelo governo em 2008, elas passaram a receber diretamente milhões do imposto sindical.

Só em 2009, CUT, Força Sindical, CTB, NCST, CGTB e UGT dividiram nada menos que R$ 80 milhões do imposto sindical. Prevê-se que, para 2010, esse montante chegue a R$ 100 milhões. Só a CUT abocanhou R$ 26 milhões, enquanto a Força Sindical ficou com R$ 22 milhões (veja acima).

Do Haiti aos morros do Rio, um 1º de Maio de luta

Conlutas impulsiona atos classistas, unificando setores combativos

Em contraposição aos atos chapa-branca e shows governistas promovidos por CUT, Força Sindical e demais centrais, a Conlutas impulsiona atos classistas e de luta, ligando as campanhas salariais e demais lutas em curso a reivindicações mais gerais, como o aumento dos salários e a redução da jornada de trabalho.

Para isso, a Coordenação Nacional de Lutas reforça a unidade com outros setores combativos. *"Buscamos principalmente os setores que estão conosco empenhados no processo de reorganização e na construção do congresso da classe trabalhadora"*, explica Atnágoras Lopes, da Executiva da Conlutas.

Em Niterói (RJ), por exemplo, o ato do 1° de Maio de luta ocorre no Morro do Bumba, denunciando o descaso do governo com a população pobre, que matou 125 pessoas durante as chuvas e deslizamentos no início de abril. Em Fortaleza (CE), a data ocorre em plena campanha salarial dos operários da construção civil. Já na capital paulista o ato reúne Conlutas, Intersindical, Pastoral Operária e demais setores combativos na praça da Sé. Em São José dos Campos (SP), o ato ocorre na praça da igreja São Judas e reúne categorias como metalúrgicos, petroleiros, além de estudantes.

Em meio às reivindicações levadas pela Conlutas ao 1° de Maio, além da defesa dos direitos dos trabalhadores no país, está o internacionalismo, expresso principalmente na exigência de "Fora as tropas do Haiti". No país caribenho também ocorrem mobilizações na data, contra a ocupação militar, por salários e direitos. ■

Serra lança pré-candidatura e direita fica assanhada

Oposição de direita quer esconder passado e mostrar-se como opção de futuro

MARIÚCHA FONTANA,
da Direção Nacional do PSTU

O lançamento da pré-candidatura de José Serra à Presidência ocorreu acompanhado de forte exposição na mídia.

Mostrando um PSDB unido, com Aécio Neves desistindo da disputa presidencial e Geraldo Alckmin candidatando-se novamente ao governo de São Paulo, Serra chegou empacotado numa embalagem publicitária.

O antipático Serra quer sensibilizar o povo, posando de bom moço. Uma forma de enganar consciências e vender gato por lebre. Num momento de alta popularidade do governo, o tucano quer fugir de um perfil de oposição para apresentar-se como o candidato mais preparado, capaz de ser o "pós-Lula". Inspirando-se no bordão de Barack Obama, os tucanos vão tentar dizer que, com Serra, "o Brasil pode mais".

A entrada de Serra na campanha parece ter animado a burguesia, que em geral prefere algum representante direto na gestão do Estado. Na reeleição de Lula foi diferente, a maioria dos banqueiros e empresários reconheceu que este governo foi o melhor gestor dos seus negócios. Agora, nem Serra, nem Dilma podem jogar a crise nas costas dos trabalhadores com a mesma eficácia de Lula.

Agora que o termo neoliberal virou palavrão, ninguém mais quer ser pai da criança

QUEM LEMBRA DE FHC NÃO QUER O PSDB DE VOLTA

Uma das frases mais célebres do ex-presidente FHC foi "esqueçam o que eu escrevi". Mas como esquecer os anos de governo FHC no Brasil e desconhecer os 15 anos de PSDB no governo do estado de São Paulo?

Uma das características dos tucanos é a arrogância, típica de uma burguesia dependente do imperialismo. Os tucanos adoravam posar de "modernos e globalizados" quando aplicavam o receituário neoliberal no Brasil.

Agora que o termo neoliberal virou palavrão e parte de seu receituário sofre forte rejeição das massas, como é o caso das privatizações, ninguém quer ser pai da criança.

Mas as dez regras básicas do chamado "Consenso de Washington", receituário neoliberal para a América Latina, foram aplicadas no Brasil por FHC e continuaram sendo aplicadas por Lula: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (flexibilização das leis econômicas e trabalhistas); direito à propriedade intelectual.

FHC manteve a abertura comercial iniciada por Collor e valorizou a moeda brasileira, inundando o país de produtos importados. O déficit com o exterior significou durante os anos FHC uma transfusão de sangue, na qual as riquezas do país eram sugadas pelo imperialismo. Os países ricos ganhavam em todas as pontas: na balança comercial (o Brasil importava mais do que exportava), no pagamento da dívida, nas remessas de lucros para o exterior, que deram um salto com as privatizações, e na desnacionalização das empresas brasileiras.

O endividamento interno movido às altas taxas de juros bateu o recorde de R$ 729 bilhões, e o rombo nas contas no exterior chegou a 400 bilhões de dólares.

Uma das características dos tucanos é a arrogância típica de uma burguesia dependente do imperialismo

FHC vendia a preço de banana as estatais e ainda emprestava dinheiro do BNDES para as multinacionais as "comprarem". O tucano concluiu a venda dos ativos industriais e de mineração, como a Vale; privatizou as telecomunicações, grande parte do setor elétrico, ferrovias, rodovias e a maioria dos bancos estaduais, incluindo o Banespa. Além disso, quebrou o monopólio estatal do petróleo vendendo parte expressiva das ações da Petrobras na Bolsa de Nova Iorque.

FHC aumentou a exploração da classe trabalhadora, avançando na flexibilização e retirada de direitos, atacando a aposentadoria, os direitos sociais e trabalhistas, os serviços públicos e o funcionalismo.

No lançamento da pré-candidatura do Serra

15 ANOS DE PSDB EM SÃO PAULO MOSTRAM QUE COM SERRA O BRASIL NÃO PODE MAIS

As gestões de Mário Covas, Alckmin e Serra, sempre comprometidas com o "ajuste fiscal" exigido pelo FMI, liquidaram o patrimônio público e cortaram gastos sociais para obter superávit nas contas públicas e destinar dinheiro ao pagamento das dívidas aos banqueiros.

Em São Paulo, o PSDB privatizou o Banespa, a Fepasa, o Ceagesp e todo o setor de energia elétrica. Saíram do controle do Estado e do país as empresas de distribuição de eletricidade, de geração de energia e de gás (Comgás).

Serra iniciou ainda novo ciclo de privatizações, envolvendo empresas subsidiárias da Nossa Caixa e a CTEEP (Companhia de Tansmissão de Energia Elétrica Paulista). Vendeu a Nossa Caixa (comprada pelo Banco do Brasil) e chegou a levantar o patrimônio de 18 estatais restantes para privatizá-las, incluindo o Metrô.

Outra marca do PSDB é a privatização de estradas e a multiplicação dos pedágios. Eram 40 em 1997. São 163 em 2010. Enquanto a inflação cresceu 99% entre 1998 e 2009, as tarifas dos pedágios subiram 174%. Uma viagem de São Paulo a São José do Rio Preto, por exemplo, custa R$ 118,40.

Acompanhando as políticas do Banco Mundial e do governo federal, os tucanos têm transformado a vida dos professores num inferno. Se FHC colocou os tanques nas refinarias em 1995 para derrotar a greve dos petroleiros, os governadores paulistas não ficaram atrás na repressão e criminalização dos movimentos sociais. Serra invadiu a USP, a PUC e a Fundação Santo André. Desde a ditadura, a polícia não invadia universidades. ■

Nem Serra, nem Dilma! Nem Alckmin, nem Mercadante!

Uma alternativa classista e socialista para o Brasil e para São Paulo

PSDB e PT querem que fiquemos prisioneiros de uma falsa polarização entre eles, como se representassem dois projetos opostos. Porém, nem Dilma, nem Mercadante mudarão o Brasil e São Paulo. Menos ainda Serra e Alckmin podem significar avanço e esperança de um futuro melhor.

O PSTU rejeita frontalmente a oposição de direita. Mas o PSTU situa-se também como oposição de esquerda ao governo Lula e ao PT. Por isso, nosso partido apresentará candidatura à Presidência do Brasil e ao governo de São Paulo.

Plínio de Arruda Sampaio, indicado pré-candidato à Presidência por uma das alas do PSOL

De quem é a responsabilidade por não existir uma frente de esquerda em 2010?

Divisão interna do PSOL e programa democrático-popular inviabilizaram acordo nas eleições

EDUARDO ALMEIDA, da Direção Nacional do PSTU

Existe um debate hoje sobre a razão pela qual não haverá uma frente eleitoral entre PSOL, PSTU e PCB, como ocorreu em 2006. Algumas declarações de dirigentes do PSOL sobre o tema demonstram pouquíssima disposição de encarar a crise desse partido e suas responsabilidades pela não-existência da frente.

EXISTE OU NÃO A DIVISÃO DO PSOL?

O PSTU vem propondo uma frente socialista e classista desde 2009. Defendemos uma coligação sem nenhum acordo com partidos burgueses ou financiamento de empresas privadas. Essa frente deveria também ter um programa socialista e ser uma alternativa dos trabalhadores aos dois campos burgueses de Dilma Rousseff e José Serra.

O PSOL não havia respondido até esse momento. Ao contrário, tentou um acordo com Marina Silva que só fracassou porque o PV fechou uma aliança o PSDB e o DEM no Rio de Janeiro. Depois desse fiasco, se envolveram nessa luta fratricida que dividiu o partido. Um acordo de última hora entre as duas partes permitiu que não exista questionamento jurídico ao pré-candidato Plínio de Arruda Sampaio, que foi definido só por uma de suas alas.

Mas a crise continua: o setor encabeçado pela presidente do partido, Heloísa Helena, segue atacando a candidatura de Plínio e não manifesta qualquer disposição de se engajar em sua campanha. Apesar de essa divisão ser pública, muitos dirigentes ainda buscam escondê-la.

Esse é o conteúdo do texto "A importância da Frente de Esquerda em 2010: um chamado às(aos) camaradas do PCB e do PSTU", divulgado por Marcelo Badaró, em que ele contesta de forma raivosa o que falamos sobre a crise do PSOL: *"De fato o PSOL não tem 'dois lados' na disputa presidencial, pois todo o partido referendou publicamente a candidatura de Plínio"*.

No mesmo sentido vai a nota de Luciana Genro "Companheiros do PSTU, façamos o debate programático", em que afirma que nossa avaliação de que o PSOL vai se comportar como dois partidos nas eleições "é absolutamente falsa." Na verdade, se trata de uma postura pouco séria de negar a crise para justificar uma pressão sobre o PSTU e PCB para apoiar o candidato do PSOL. No entanto, essas avaliações se chocam com os fatos.

A Folha de S. Paulo publicou uma reportagem bem ilustrativa dessa situação em 18 abril. Na matéria, Martiniano Cavalcante declarou sobre a conferência que indicou Plínio: *"Houve um acordo espúrio e oportunista. (...) A luta está aberta. Se for preciso, vamos à Justiça para afastar os burocratas que se apossaram do nosso partido"*. Mais adiante, diz acreditar que Heloísa Helena boicotará a candidatura de Plínio, e acrescenta: *"Heloísa não é cínica nem dissimulada. Não costuma manifestar afeto por quem a trata como inimiga"*.

Heloísa Helena foi uma das grandes defensoras do apoio desse partido a Marina Silva nas eleições. Segundo a Folha, *"na noite de sexta, enviou torpedo de celular dizendo não haver 'força humana nem ameaça partidária' que a obrigue a falar mal de Marina"*. Ou seja, ela vai continuar defendendo Marina e boicotando Plínio.

Ao que parece, Badaró deveria dirigir um chamado primeiro aos companheiros do PSOL para apoiar a candidatura do próprio PSOL.

AUSÊNCIA DE UM ACORDO PROGRAMÁTICO

Não é por acaso que até agora nenhum destes textos do PSOL encarou com seriedade as discussões sobre programa. Agora, tentam substituir essa discussão pela valorização da figura política de Plínio de Arruda Sampaio. Como se trata de um nome da ala esquerda do PSOL, bastaria indicá-lo candidato para assegurar um programa de esquerda.

Isso é equivocado. Respeitamos a figura de Plínio por toda sua trajetória, mas ele já declarou que vai defender o programa do partido, e não o seu. E o programa da APS, corrente majoritária no bloco de Plínio, é reformista, democrático-popular, oposto ao programa socialista que defendemos.

Duas linhas opostas de programa se apresentam entre os setores de oposição à esquerda do governo Lula: uma chamada democrático-popular e outra socialista. Trata-se de duas compreensões opostas dos acontecimentos e das tarefas.

A democrático-popular parte de uma visão originada da social-democracia, depois transformada pelo stalinismo numa estratégia de revolução por etapas. Não estaria colocada em perspectiva uma revolução socialista, mas uma etapa democrático-popular em que, junto com setores progressivos da burguesia, se poderia avançar rumo a reformas democráticas no capitalismo. Para isso, seria necessário formar as frentes populares, ou seja, a colaboração de classes entre o movimento operário e setores progressistas da burguesia.

Aposta-se então num programa essencialmente de palavras de ordem mínimas ou democráticas para desenvolver reformas no capitalismo. A isso se acrescentam declarações propagandísticas pelo socialismo sem nenhuma relação com o programa real, pois a tarefa da revolução socialista não estaria colocada na realidade.

Um programa socialista deve se apoiar no Programa de Transição, que se contrapõe à separação stalinista e social-democrata do programa mínimo e programa máximo. Parte-se da ideia de que a mobilização por questões mínimas, que estão no nível de consciência das massas, pode e deve levar ao enfrentamento com o governo, o regime e o Estado burgueses.

Deve estar associada, na mobilização, a outras palavras de ordem transitórias que se choquem com a dominação capitalista, para levar à conclusão da necessidade do poder para os trabalhadores.

Heloísa Helena já deixou claro que não fará campanha para Plínio

Martiniano fala sobre a vitória de Plínio: "houve um acordo espúrio e oportunista"

Por exemplo, a luta por salários pode levar ao questionamento do plano econômico neoliberal e do governo e à necessidade da ruptura com o imperialismo. Ou a luta democrática contra a corrupção deve levar à necessidade de expropriar os bancos corruptores.

A história do movimento operário brasileiro já inclui uma experiência trágica com o programa democrático-popular: o PT. Ele foi o programa desse partido em toda sua fase de crescimento e adaptação ao regime democrático-burguês.

O PT só abandonou o programa democrático-popular na véspera das eleições de 2002, com a "Carta aos brasileiros", um compromisso com as metas do FMI para tranquilizar a burguesia. Foi quando assumiu de vez o programa neoliberal.

A APS, a corrente majoritária da direção do PSOL, assume com clareza a defesa do programa democrático-popular. Diz em sua tese para a conferência do PSOL:

"Em nosso entender, foi exatamente o abandono do programa Democrático e Popular (PDP) por parte de Lula e do PT que os levou a abandonar a estratégia numa perspectiva socialista e a rebaixar o projeto político geral.

Lula e o PT abandonaram o projeto de transformação da sociedade, e descartaram a perspectiva socialista e em troca focaram na conquista do aparelho de Estado e na gerência do Estado burguês, sendo que o Programa Democrático e Popular foi para a 'lata do lixo'.

Ora, isto não invalida a proposta justa e correta de o PSOL manter como sua formulação a aplicação do Programa Democrático Popular que é decorrência do debate sobre a formação social brasileira e a correlação de forças atual" (Tese APS, p. 7).

Ou seja, a APS reivindica o PT do programa democrático-popular (em seu programa e em suas alianças), logo antes de assumir o poder federal. Reivindica o PT que já estava na gestão de estados e municípios, completamente integrado ao Estado burguês e aliado a todo tipo de partido burguês. Esse é o caminho reivindicado pela APS.

O MES-MTL-Heloísa Helena, a corrente que sustentou Martiniano Cavalcante, defende também um programa reformista, em geral mais à direita que a APS. Não é por acaso que tanto o MES-MTL quanto a maioria da direção da APS concordaram com a tentativa de aliança com Marina. Além disso, o MES se aliou ao PV em Porto Alegre, e a APS promove a aliança com o PSB da família Capiberibe no Amapá.

A opção entre um programa socialista ou democrático-popular não se resolve com jeitinhos do tipo "apresentamos as propostas dos socialistas" ou ainda "juntemos o programa democrático-popular com o socialista". É preciso definir com clareza quais são as propostas programáticas socialistas para as eleições e optar por um desses caminhos.

Nossa crítica a esse tipo de postura se comprova no programa definido pela conferência eleitoral do PSOL para a candidatura de Plínio. Está à disposição de todos no site desse partido. Trata-se de um programa que une somente reivindicações mínimas e democráticas. Não por acaso, não defende sequer a estatização do sistema financeiro, tampouco a expropriação das grandes empresas multinacionais que controlam o Brasil, ou do agronegócio.

O programa votado como base para a campanha de Plínio seria um retrocesso até mesmo em relação ao programa da Frente de Esquerda de 2006, por não propor sequer uma ruptura com o imperialismo.

Naquele momento, o manifesto da Frente de Esquerda dizia: *"A proposta de um novo projeto alternativo econômico e social exige mudanças estruturais que o capitalismo brasileiro nunca realizou e, nos marcos da globalização neoliberal, estão mais distantes do que nunca porque não poderão ser realizadas sem uma ruptura com a dominação imperialista".*

A RESPONSABILIDADE DO PSOL PELA IMPOSSIBILIDADE DA FRENTE

Não vai existir, infelizmente, uma nova frente eleitoral de esquerda nestas eleições. É preciso que se diga que o PSOL tem uma responsabilidade central nisso.

A frente de 2006 foi uma vitória, apesar de seus problemas. Permitiu apresentar uma alternativa da oposição de esquerda contra a falsa polarização entre Lula e Geraldo Alckmin. Mas, já naquele momento, o PSOL teve atitudes que deixaram graves cicatrizes.

Primeiro impôs, com arrogância, não só a candidatura à Presidência como também à vice, com Cesar Benjamin. Em segundo lugar, Heloísa Helena não pautou sua campanha pelo programa acertado em comum, mas por um discurso rebaixado, centrado na redução da taxa de juros.

Em 2008, se concretizou a frente eleitoral em várias capitais, mas não em todas. Ocorreram novas crises e poucas vitórias. O PSOL compôs frentes eleitorais com partidos burgueses, tanto em Porto Alegre (PV) quanto no Amapá (PSB), o que inviabilizou as frentes em vários locais do país. Além disso, aceitou dinheiro da siderúrgica Gerdau em Porto Alegre.

Para as eleições de 2010, o PSOL começou por aceitar a renúncia de Heloísa Helena à candidatura à Presidência para disputar o Senado.

Isso ocorreu mesmo contra a vontade da militância do próprio PSOL, e só foi possível porque nesse partido os parlamentares fazem o que querem.

No final do ano passado, o PSOL se meteu na tentativa de acordo com o PV, um desastre monumental, que distanciou ainda mais nossos partidos. E, nos últimos meses, se meteu na crise que o partiu ao meio.

Agora, para tentar sair de sua situação atual, trazem esse chamado à Frente de Esquerda que significa o seguinte: venham apoiar o candidato a presidente do PSOL. Ou seja, querem que PSTU e PCB apoiem uma candidatura que nem o PSOL inteiro, a começar por sua presidente, vai apoiar.

Essa é uma compreensão equivocada, que lida com o PSTU e o PCB como se fôssemos sublegendas do PSOL, que deveríamos aguardar e aceitar suas definições. Não compreenderam ainda as lições da Frente de Esquerda de 2006. Não entenderam nem os reflexos da própria crise do PSOL. Em suma, o PSOL agora se comporta com a mesma arrogância de 2006 sem ter o peso de 2006.

Mas, infelizmente, em 2010, não haverá uma nova frente, e a responsabilidade é do PSOL. O PSTU vai lançar a candidatura classista e socialista de Zé Maria à Presidência da República.

Para nós, evidentemente, o centro do enfrentamento será com a falsa polarização entre Dilma e Serra, e não na polêmica com o PSOL.

Vamos buscar construir a candidatura de Zé Maria de forma mais ampla que o próprio PSTU.

Vamos debater o programa num grande seminário programático, aberto a todos os ativistas e grupos de esquerda que estejam de acordo com essa formulação.

Chamamos todos os que queiram construir essa candidatura a se juntar a nós nesse desafio. ■

A frente eleitoral de 2006 conseguiu reunir toda a esquerda

O preço da destruição ambiental

JEFERSON CHOMA, da redação*

No final do ano passado, o capitalismo mostrou sua total incapacidade de resolver os problemas que ameaçam a humanidade. A maior reunião diplomática da história, a 15ª Conferência do Clima (COP-15), que reuniu mais de 200 chefes de Estado, terminou em um grandioso fracasso. A humanidade, que dependia de uma decisão importante para enfrentar o aquecimento global, foi abandonada à sua própria sorte.

O desenvolvimento do capitalismo industrial ocasionou uma desastrosa degradação ambiental. Como prova da ação irracional sobre a natureza, estima-se que 30 mil espécies são extintas por ano. Em 2007, o sinal vermelho foi dado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão ligado à ONU que reúne centenas de cientistas que estudam as mudanças climáticas da Terra. Segundo o IPCC, a temperatura do planeta pode subir entre 1,1°C e 4°C até 2100.

As maiores evidências científicas sobre o aquecimento global são a diminuição da cobertura de neve de altas montanhas e o rápido degelo do Ártico.

No último século, a temperatura do Ártico aumentou dois graus, o que resultou no derretimento de 40% da camada de gelo. O fenômeno é evidente. Pela primeira vez na história, navios cargueiros fazem pelo Ártico a rota entre a Ásia e a Europa.

O degelo de geleiras e de áreas continentais, por exemplo, da Groelândia ou da Antártida, vai elevar os níveis dos oceanos, além de provocar o aquecimento das águas. O IPCC prevê que os oceanos podem se elevar entre 18 cm e 58 cm até o fim do século. Isso vai resultar no desaparecimento de cidades costeiras e ilhas. Também vai mudar de forma imprevisível o clima.

Localmente, as variações climáticas irão de secas a enchentes extremas, com incêndios de vastas proporções, pestes agrícolas descontroladas, alterações (ou extinção) em diversos ecossistemas que, por sua vez, influenciarão a produção de alimentos, provocarão imensos deslocamentos populacionais (os refugiados do clima) e muitas outras catástrofes.

UM CAMINHO SEM VOLTA

O aquecimento é provocado pela emissão dos gases estufa, como o dióxido de carbono (CO_2), metano ou óxido nitroso. Eles aprisionam o calor emitido pela Terra, como se houvesse um cobertor embrulhando o planeta.

A maior parte desses gases é produzida pela queima de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão mineral e gás, a principal matriz energética da humanidade desde o início do século passado.

Muitos cientistas apontam que o ser humano interfere no clima do planeta praticamente desde que surgiram as primeiras civilizações e, com elas, as atividades agrícolas.

No entanto, na era do capitalismo industrial, houve um salto qualitativo de emissões dos gases estufa. O metano, por exemplo, aumentou em 145%, enquanto o dióxido de carbono cresceu 30% e o óxido nitroso, 15%.

O pior de tudo é que o aquecimento já é irreversível. Segundo o IPCC, mesmo se todas as emissões de gases-estufa fossem cortadas a zero, o fenômeno continuaria por séculos. Resta apenas tentar estabilizar as emissões dos gases que causam o efeito estufa para evitar uma catástrofe ainda maior.

UMA BOMBA RELÓGIO

Há bons motivos para os cientistas defenderem medidas que estabilizem o aquecimento global. De acordo com o IPCC, seria necessário cortar as emissões de gases estufa em 80% nos próximos 40 anos. Do contrário, a temperatura do planeta continuará aumentando, e o aquecimento do planeta terá um efeito dominó devastador.

Ao longo do norte do Canadá e da Sibéria (Rússia) encontra-se o Permafrost, um tipo de solo congelado que em razão de processos de decomposição orgânica mantém bilhões de toneladas de metano, um gás estufa 20 vezes mais potente que o dióxido de carbono. A liberação desse metano estocado poderia provocar um aquecimento global descontrolado, ameaçando a humanidade.

Do mesmo modo, a diminuição do da área congelada no Ártico também diminui a capacidade de reflexão dos raios solares. Ou seja, à medida que a área gelada diminui, a região absorve mais calor, aumentando a temperatura e acelerando o derretimento do gelo. Além disso, o aumento da temperatura dos oceanos diminui a capacidade de absorção.

Por fim, a destruição de florestas não só libera mais gases estufa para a atmosfera (através de queimadas), como também reduz toda uma cobertura valiosa para absorção destes poluentes.

Brasil: a destruição por trás do verniz verde

Os países imperialistas têm sido responsáveis pela maior parte das emissões globais de gases do efeito estufa. Os Estados Unidos, por exemplo, respondem por mais de 30% de toda a emissão de gases que causam o aquecimento da Terra. No entanto, países "emergentes" como China, Índia e Brasil também se encontram entre os grandes emissores.

No Brasil, as maiores emissões são em razão das queimadas das florestas, provocadas pelo crescimento do agronegócio sobre a Amazônia e o cerrado. O avanço do setor encontrou um importante parceiro no governo Lula, que se expandiu graças a generosos financiamentos públicos.

O governo fala em biodiesel e na construção de hidroelétricas para combater a poluição. No entanto, isso vai provocar mais destruição. Lavouras de cana de açúcar avançam à custa da devastação de florestas. A submersão de florestas, causada por hidroelétricas, produz metano em virtude da decomposição orgânica. Um estudo do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa) mostrou que após a construção da barragem do Tucuruvi, no início dos anos 90, foram liberadas 1,2 milhão de toneladas de metano anualmente na atmosfera. O dado oferece uma tímida ideia do que virá com Belo Monte (ver página 10).

Também foi sob o governo Lula (durante o ministério "verde" de Marina Silva) que foi liberado o cultivo da soja transgênica, além das obras da transposição do rio São Francisco que visavam favorecer o agronegócio.

Como se não bastasse, Lula e Marina aprovaram leis que permitem alugar as florestas públicas brasileiras para empresas privadas e ONGs (Projeto de Gestão de Florestas Públicas).

O projeto colocou toda a biodiversidade da Amazônia brasileira à mercê dos empresários, inclusive dos estrangeiros.

Há opção para a catástrofe ambiental?

A destruição da natureza não pode ser separada da acumulação capitalista. Para ampliar seus lucros, a burguesia precisa aumentar sua produção e impor padrões de consumo desenfreado à população. Mas, na corrida pelo lucro, a capacidade de autorecomposição a natureza é superada pela velocidade da produção capitalista. A destruição, portanto, é uma consequência natural do sistema.

As propostas de desenvolvimento sustentável – tão a gosto de supostos ambientalistas como Marina Silva - tentam conciliar o que na verdade é impossível: crescimento econômico e os lucros dos capitalistas com preservação ambiental. Essa proposta insere-se no marco da defesa de um "capitalismo ecológico", com rosto humano. Seus defensores apresentam a devastação ambiental como responsabilidade de cada indivíduo e não como problema inerente do sistema.

O capitalismo não pode superar a crise que provocou, pois isso significaria pôr limites aos lucros da burguesia. Dessa forma, qualquer proposta de tipo reformista estará destinada ao fracasso, como ocorreu com o Protocolo de Kyoto (que sequer teve a participação dos EUA, maior poluidor do mundo) ou a COP-15.

Por outro lado, a "sustentabilidade" - como tudo no capitalismo - tornou-se mais uma forma de ganhar muito dinheiro. Os chamados créditos de carbono movimentam hoje 120 bilhões de dólares.

ECOLOGIA E CRISE SOCIAL

A questão ecológica também não está separada da crise social produzida pelo capitalismo. Desastres naturais estão diretamente associados aos graves problemas sociais. As tragédias ocorridas com os deslizamentos de morros no Rio de Janeiro expuseram a situação de milhões de trabalhadores que são arrastados para as favelas, expulsos de áreas "sem riscos" destinadas à especulação imobiliária.

Há toda uma discussão no meio científico se as fortes chuvas no Rio ou fortes enchentes têm alguma relação com o aquecimento global. Mas uma enorme quantidade de água não explica por si só por que a tragédia causou mais de 200 mortes.

A pobreza e a miséria forçaram milhões a ocupar territórios extremamente precários ou de proteção ambiental. As favelas estão crescendo num ritmo impressionante em todo o mundo. Portanto, a solução para muitos problemas ambientais está articulada com as necessidades mais básicas dos trabalhadores, como moradia, emprego etc.

UMA NOVA SOCIEDADE

O fim da exploração irracional da natureza só pode ser alcançado com a derrota do capitalismo e a construção de uma sociedade socialista, baseada na propriedade social dos meios de produção e no planejamento econômico, que garantam uma transformação radical da esfera produtiva.

Essa mudança envolve, em primeiro lugar, uma mudança radical da matriz energética atual, baseada em combustíveis fósseis. O capitalismo não pode garantir uma transição para uma matriz energética limpa, porque isso diminuiria as taxas de lucros dos empresários. Mas não há como deter o aquecimento global se as fontes energias responsáveis pela poluição não forem substituídas por novas fontes limpas, como a eólica, a solar etc.

Hoje, já existe a tecnologia necessária para que a passagem de uma matriz energética a outra não seja algo abrupto. Mas o grande entrave a essa necessária mudança é a própria indústria petroleira, que sobrevive graças ao sistema capitalista.

Por isso, a substituição da matriz energética e a transformação radical dos padrões de consumo atuais só podem ser atingidas em uma sociedade socialista. Sob um novo tipo de Estado, a população organizada é quem vai planejar a economia de modo que a produção possa atender às necessidades sociais e, ao mesmo tempo, às exigências de proteção ao meio ambiente.

*colaborou Denis Ometto

Estes são os efeitos de uma chuva forte num país pobre como o Brasil

Um programa ecossocialista

ZÉ MARIA, pré-candidato à presidente

A bandeira ecológica insere-se na luta pela superação completa do regime de exploração. O dilema colocado por Engels e Rosa Luxemburgo, socialismo ou barbárie, aparece sob uma nova forma e é cada vez mais urgente para a sobrevivência da espécie humana. Ou o capitalismo é superado ou a humanidade seguirá para a barbárie e o ecocídio.

Mas é preciso travar uma batalha imediata para frear o aquecimento global. Qualquer luta contra a devastação ambiental, ou que exija a criação de leis de proteção, vai contra as leis de mercado e se choca diretamente com os governos. Por isso, essa luta deve ser articular com as demandas da classe trabalhadora e suas organizações, que constituem a força fundamental para qualquer transformação radical da sociedade.

Os governos capitalistas de todo o mundo sequer conseguem definir tímidas metas de redução da poluição. Por isso, os trabalhadores e ambientalistas precisam travar uma luta contra todos os governos e exigir medidas de regulamentação que reduzam para valer as emissões dos gases estufa em 80% até 2050, como propõe o IPCC.

Além disso, os trabalhadores e ambientalistas devem lutar por um programa de demandas imediatas que inclua:

✔ O fim das políticas econômicas neoliberais que ampliam o saque às riquezas dos recursos naturais dos países mais pobres.

✔ Mais verbas para pesquisas de fontes de energia limpas, em substituição às matrizes fósseis.

✔ Defesa da Floresta Amazônica e do cerrado contra o avanço destruidor do agronegócio. O que significa também lutar contra a flexibilização do Código Florestal Brasileiro, alvo dos latifundiários.

✔ Suspensão imediata do cultivo e comercialização dos transgênicos.

✔ Remanejamento das populações que vivem em áreas de risco e de preservação permanente, através da expropriação de terras de modo a acomodar todas essas pessoas em habitações dignas, em locais dotados de serviços públicos essenciais como água, esgoto, iluminação e etc.

✔ Em defesa da água. Água é vida e não mercadoria. Por isso, devemos repudiar a lei brasileira 9.433/97, que instituiu a "política nacional de recursos hídricos", com as formas de gerenciamento da água no país. No artigo 1º, a lei estabelece que "a água é um recurso natural dotado de valor econômico".

✔ Contra a criação da usina de Belo Monte, a transposição do Rio São Francisco e a construção de Angra 3 . ■

Belo Monte: um crime ambiental

JEFERSON CHOMA, da redação

Apesar dos protestos, no último dia 22 o governo conseguiu concluir o leilão de concessão da construção da usina de Belo Monte. O projeto, criado pela ditadura militar e ressuscitado por Lula, prevê a construção da terceira maior usina do mundo no rio Xingu.

A usina terá impacto brutal no meio ambiente e nos povos da floresta. É bem provável que represente um dos maiores ataques à ecologia das últimas décadas. Calcula-se por baixo que a usina fará sumir cerca de 50 mil hectares da Floresta Amazônica, além de cidades e vilarejos indígenas. Destruir um ecossistema como esse é o mesmo que queimar livros que a humanidade ainda não leu.

O consórcio vencedor já anunciou que pretende mudar o projeto para reduzir os custos da obra, que prevê escavações dos dois canais, cada um com cerca de 30 quilômetros de extensão, cujo volume de terra a ser retirado (de 230 milhões de metros cúbicos) é maior do que o retirado na construção do canal do Panamá. O impacto socioambiental de obra desse tipo será brutal.

"Normalmente, o impacto ambiental das hidrelétricas acontece com os alagamentos. Em Belo Monte, o impacto será duplo: além do alagamento, será preciso secar outra região, porque o rio terá que ser desviado. Isso nunca aconteceu no país e torna o projeto mais arriscado", disse Francisco Hernandez, pesquisador do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, que também coordenou um painel com 40 especialistas para estudar a obra.

Os povos indígenas que dependem do Xingu serão os mais atingidos. A construção da usina vai diminuir a vazão do rio, provocando a morte de várias espécies de peixe que servem de alimento e de base para a economia local.

Em 1989, os povos indígenas chamaram a atenção do mundo quando realizaram o 1° Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e conseguiram fazer o governo recuar para uma revisão dos planos. Desde então, inúmeras personalidades declararam apoio à luta contra a construção. Recentemente, o cineasta James Cameron declarou que a história de seu filme "Avatar" pode ser comparada à luta dos indígenas contra Belo Monte.

Somam-se ainda as nefastas consequências socioambientais, como o deslocamento de milhares de pessoas para as cidades da região. Isso vai potencializar os problemas sociais destas cidades, ampliando a ocupação desordenada e a favelização.

O governo também é acusado de agir de forma autoritária. Sequer ouviu as populações locais.

Recentemente, o Ministério da Justiça editou uma descabida portaria que permite o uso da Força Nacional de Segurança Pública no Distrito Federal em apoio à Funai. A intenção é clara: criminalizar qualquer tipo de resistência promovida pelos povos indígenas contra as obras do PAC ou Belo Monte. ■

Um presente para empresários

A intervenção do governo para garantir o leilão de Belo Monte lembrou as cenas da privatização da Telebrás, realizada pelo governo FHC. Na época, o governo tucano atuou diretamente para beneficiar o capital privado.

Com a Belo Monte não foi diferente. Os dois consórcios que disputavam o leilão receberam generosos aportes financeiros do governo. Ambos tiveram a participação de estatais como manobra para alavancar o caixa dos empresários privados.

A Chesf, estatal ligada à Eletrobras, integra o consórcio vencedor (formado pela construtora Queiroz Galvão, Gaia Energia, J. Malucelli e Mendes Júnior). Já as estatais Furnas e Eletrosul participavam do segundo consórcio (integrado pela Andrade Gutierrez e pela mineradora Vale). Em ambos os casos, a participação das estatais não supera 49,9% do aporte, deixando a maioria para as empresas privadas.

Para ajudar ainda mais os empresários e afastar qualquer risco no negócio, o governo anunciou antes do leilão que a estatal Eletronorte poderá assumir até 35% de participação no empreendimento.

Mas tudo isso não bastou. O governo resolveu injetar mais dinheiro público nas mãos dos empresários e escalou o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento) para ajudá-los. O banco vai financiar 80% dos recursos da obra, estimada em mais de R$ 19 bilhões. Os empresários terão 30 anos para pagar o empréstimo, o maior prazo da história da instituição.

Qual seria a alternativa?

Construir uma grande hidrelétrica movimenta uma montanha de dinheiro e atrai enorme visibilidade política. Belo Monte vai custar mais de R$ 19 bilhões, segundo o governo. As empreiteiras, porém, estimam a obra em R$ 30 bilhões.

O projeto vai vitaminar a campanha de Dilma Rousseff, reforçando a imagem de "mãe do PAC". Também será uma ocasião para as empreiteiras reforçarem o caixa da campanha eleitoral do PT. Além disso, obras como essa são uma enorme fonte de corrupção.

O governo Lula diz que a usina é necessária, pois evitará a ameaça de um novo apagão, especialmente no Sul e no Sudeste. Mas há motivos de sobra para desconfiar dessas palavras. Em primeiro lugar, é difícil acreditar que a maior parte da energia produzida em Belo Monte será destinada a essas regiões. Para isso, o governo teria que investir pesado em linhas de transmissão, o que não está e nem será feito.

A verdade é que os milhões de quilowatts servirão para subsidiar energia para grandes empresas exportadoras de matérias-primas como Alcoa, Votorantim, Vale, Gerdau e CSN. Todas elas participaram do leilão de Belo Monte.

Há alternativa para a produção de energia além do modelo de mega-hidrelétricas? Uma mudança profunda de padrão energético só será possível com uma transformação radical da sociedade (ver páginas 8 e 9).

Contudo, especialistas apontam que a produção de energia poderia aumentar apenas com investimentos que potencializariam novamente usinas hidrelétricas com mais de 20 anos, através da troca de equipamentos e da modernização de componentes e sistemas.

Por outro lado, o país precisa investir em fontes energéticas não poluentes. Uma boa alternativa é a energia eólica. Segundo o Atlas Eólico, lançado pela Aneel e pelo Ministério das Minas e Energia, o potencial eólico do Brasil é de 143 mil megawatts (MW). Só para comparar, a capacidade da hidroelétrica de Itaipu é de 14 mil MW. Mesmo assim, a meta do governo é produzir apenas 10 mil MW até 2020. Como o governo investe pouco neste tipo de energia, a capacidade instalada no país soma apenas 606 MW, e quase tudo está nas mãos da iniciativa privada.

Guerra suja em Honduras

Escalada de assassinatos, atentados e ameaças recai sobre ativistas da resistência contra o golpe de Estado

DA REDAÇÃO*

No dia 27 de janeiro, em eleições organizadas sob a repressão militar, se tentou "lavar o rosto do golpismo" hondurenho. Surgiu assim o governo espúrio de Pepe Lobo, continuidade direta dos golpistas.

Uma carta da Frente Nacional de Resistência contra o Golpe (FNRG) já advertia que o regime usurpador de Pepe Lobo "continuou com as mesmas posições em relação à ditadura de Roberto Micheletti, incorporando em seus cargos rostos visíveis do golpe de Estado militar". Um exemplo era o próprio general que executou o golpe, Romeo Vásquez Velásquez, que é o atual gerente da empresa de telefonia do país.

A continuidade do golpismo agora se impõe com toda força aos setores populares e lutadores sociais hondurenhos. O governo Pepe Lobo está realizando uma "guerra suja". Desde o início de março, uma escalada crescente de assassinatos, atentados, violações e ameaças recai sobre reconhecidos ativistas da resistência.

Só em março, cinco jornalistas foram assassinados. No dia 23 do mesmo mês foi executado, dentro das instalações do Instituto São José de El Pedregal, e na frente de seus companheiros e alunos, o ativista do magistério e militante do Partido Socialista Centroamericano (PSOCA) José Manuel Flores Armijo. Poucos dias depois, Rosa Margarita Vargas, presidente da seccional do Colégio de Professores de Educação Meia de Honduras (COPEMH) no mesmo instituto, foi ameaçada de morte.

Enterro de Jorge Alberto Orellana e ao lado José Manuel Flores Armijo , assassinado dentro da sala de aula

No dia 24 de março, Erlinda Reyes e Alina Aguilar, dirigentes do Sindicato de Trabalhadores da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (SITRAUNAH) foram capturadas e levadas aos tribunais de Tegucigalpa, onde foram sentenciadas por delitos de sedição, usurpação e coação. Atualmente, mais 13 dirigentes do SITRAUNAH se encontram acusados e perseguidos pela justiça golpista. No dia 26, dois jornalistas, José Bayardo Mairena e Manuel de Jesús Juarez, foram executados com 13 tiros.

A partir de 1° de abril, a repressão se concentrou no Baixo Agúan, onde o Movimento Camponês Unificado do Águam (MUCA) luta há anos para recuperar as terras que os fazendeiros e reconhecidos golpistas Miguel Facussé, René Morales e Reynaldo Canales lhes tomaram ilegalmente.

Entre os dias 1° e 7 de abril, dois ativistas camponeses foram mortos por seguranças de fazendeiros; no dia 1° abril morreu Miguel Alonso Oliva, jovem de 22 anos e, no dia 7, Leonel Álvarez Guerra foi assassinado. Ambos eram conhecidos membros do MUCA e da Frente Nacional de Resistência.

Além do aumento das atividades paramilitares e militares, há outros elementos que podem ampliar a escalada de violência. Entre eles está a abertura de uma nova base militar assessorada pelos Estados Unidos, inaugurada no dia 8 de abril pelo embaixador norte-americano, Hugo Lorens, e o presidente Pepe Lobo. Além disso, o governo autorizou as Forças Armadas a contratar mil novos soldados, para os quais o Estado destinará novas verbas para treinamento com fins "educativos".

É PRECISO DETER OS ASSASSINATOS

A resistência hondurenha está sendo vítima de um sinistro plano. Enquanto o governo fala de "comissões de verdade" e "reconciliação", joga sobre ativistas e trabalhadores a repressão de guardas privados, policiais, militares e paramilitares.

Os mesmos ativistas da resistência denunciaram que a sinistra Direção Nacional de Investigação Criminal (DNIC) tem preparada (assim como fez nos anos 1980) uma lista de 130 dirigentes da resistência que pretende "neutralizar" pelos meios mais diversos, inclusive assassinatos.

É necessário organizar em Honduras e no mundo inteiro uma jornada de lutas para deter imediatamente os assassinatos de dirigentes populares. É necessário um chamado internacional da frente contra o golpe a todas as organizações sindicais, populares e de direitos humanos para uma ação coordenada mundial, de repúdio ao governo de Pepe Lobo, para que cesse a repressão militar e paramilitar em Honduras.

É fundamental, além disso, a exigência do fim da anistia. Essa medida permitiu que os responsáveis materiais e intelectuais de mais de uma centena de assassinatos desde o golpe de estado de 28 de junho continuassem impunes. ■

Cronologia do golpe

28 DE JUNHO
O presidente Manuel Zelaya é detido em casa por militares e levado de pijama para as instalações da Força Aérea. Ele é enviado à Costa Rica em asilo político. O presidente do Congresso, Roberto Micheletti, assume a Presidência.

29 DE JUNHO
Têm início os primeiros confrontos violentos entre militares e centenas de manifestantes que lutam contra o golpe.

30 DE JUNHO
A Assembleia Geral da ONU aprova, em sessão extraordinária, uma resolução unânime de repúdio ao golpe de Estado e exige a restauração imediata e incondicional de Zelaya.

5 DE JULHO
O Exército hondurenho impede que o avião de Zelaya pouse no aeroporto de Tegucigalpa, onde um confronto entre vários milhares de manifestantes e forças de segurança deixa ao menos um morto.

23 DE JULHO
O presidente da Costa Rica e mediador da crise, Oscar Árias, entrega a proposta chamada Acordo de San José, apoiada pelos EUA e que inclui a restituição de Zelaya ao poder e a anistia aos golpistas. O plano será rejeitado por Micheletti.

31 DE AGOSTO
Em meio à crise política, o governo golpista dá início à campanha presidencial de 29 de novembro.

21 DE SETEMBRO
Zelaya consegue retornar à capital, Tegucigalpa, e busca abrigo na embaixada do Brasil. No dia seguinte, militares reprimem com violência manifestação contra o golpe que se reunia diante da embaixada e matam um ativista.

20 DE OUTUBRO
Zelaya insiste no caminho das negociações, impede que as lutas contra o golpe cresçam e assina o Acordo de Guaymuras. O acordo determina o possível retorno de Zelaya ao poder, mas também legitima as instituições golpistas e assegura sua continuidade, além de anistiar os golpistas. Novamente, o acordo não é aceito pelos golpistas.

27 DE JANEIRO
Em eleições organizadas sob a repressão militar, mascadas por grande abstenção, Pepe Lobo é eleito presidente. Zelaya continua na embaixada brasileira.

Congresso da Conlutas que decidiu pela sua fundação

Reunião da Conlutas vai debater funcionamento de nova entidade

SEBASTIÃO "CACAU", da Conlutas-MG

A Coordenação Nacional da Conlutas se reúne nos próximos dias 22 e 23 de maio, em São Paulo (SP).

É uma reunião com significado histórico, por se tratar do último encontro da Coordenação Nacional antes do II Congresso da Conlutas e do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, no qual a Conlutas deve se fundir com as outras entidades e organizações da Coordenação Pró-Central.

A reunião terá como tema principal de debate as resoluções que serão apresentadas no congresso da entidade.

Dentre os vários debates colocados, queremos destacar, neste artigo, dois pontos em especial: o funcionamento da direção e o nome da nova organização que deve surgir do Conclat.

CONLUTAS: UM BALANÇO VITORIOSO

É significativa a experiência de organização da Conlutas, num dos momentos mais difíceis para a classe trabalhadora brasileira, sob um governo de colaboração de classes que conta com amplo apoio de massas.

Ancorado no crescimento econômico e nas políticas sociais compensatórias, Lula ganhou apoio para aplicar reformas de interesse da burguesia e do imperialismo, atacando segmentos da classe trabalhadora, com o apoio das principais organizações sindicais e populares e da juventude brasileira.

Enfrentou, por exemplo, a resistência do funcionalismo público na reforma da previdência em 2003. Foi este processo que animou amplos setores de vanguarda para a construção de um novo organismo de frente única e aglutinação das lutas dos trabalhadores.

A partir daí, as lutas contra as reformas sindical e trabalhista; em defesa dos direitos dos trabalhadores, aposentados, da juventude, das mulheres; o combate às demissões e a campanha de solidariedade ao Haiti constituíram, dentre outras iniciativas, o patrimônio político que a Conlutas acumulou no último período.

Da experiência da Conlutas, reivindicamos a clareza de seu programa e a definição de uma estratégia socialista, sua postura de oposição de esquerda aos governos de colaboração de classes e sua presença nas lutas mais importantes dos trabalhadores.

Em sua curta história, a Conlutas demonstrou disposição para a unidade de ação ampla no enfrentamento aos patrões e governos, e incluiu como um dos elementos programáticos prioritários a luta contra toda forma de opressão e discriminação.

Esta experiência inovadora, de organizar, numa mesma entidade, todos os segmentos explorados e oprimidos deve ser mantida na nova central que surgirá do congresso unificado.

Em particular, a experiência de trazer a representação das entidades filiadas diretamente para sua Coordenação Nacional, levando a um patamar significativo a concepção de frente única e democracia operária no interior da central.

Aparentemente, este tema não é polêmico entre as entidades da Coordenação Pró-Central. Todas as teses reivindicam essa forma de funcionamento.

No entanto, o debate que vem sendo realizado nas reuniões preparatórias recoloca num primeiro plano essa discussão, que tende a ser uma das mais importantes do congresso.

DIFERENÇAS

Os dirigentes da Intersindical têm insistido na posição de que a Secretaria Executiva da nova organização deve ser sempre eleita em congresso, sem possibilidade de revogabilidade de mandato.

E, para a eleição da primeira Secretaria Executiva, querem um acordo entre todos os setores. Os companheiros da corrente "Unidos pra Lutar", composta por militantes da CST (Corrente Socialista dos Trabalhadores, do PSOL) e da FOS (Frente de Oposição Socialista), defendem a mesma posição – eleição no congresso – mas através da proporcionalidade direta na votação.

A proposta dos companheiros da In-

tersindical, como vem sendo desenvolvida nos debates, demonstra que não há concordância quanto aos parâmetros de funcionamento da direção da nova central.

Temos acordo que, num país de dimensões continentais como o Brasil, a possibilidade de participação das entidades na coordenação não é totalmente igualitária, já que a proximidade do local e as condições financeiras, muitas vezes, limitam a possibilidade de participação de parte das entidades filiadas.

Também é verdade que qualquer critério de representação é menos abrangente do que aquele adotado para os congressos, pois a representação das entidades não pode ser tão ampla.

No entanto, ao identificar esses problemas, ao invés de combatê-los, os companheiros da Intersindical e também de outros setores constroem uma posição política que privilegia o funcionamento da executiva em detrimento da Coordenação Nacional, composta pelas entidades.

> A experiência de organizar numa mesma entidade todos os segmentos explorados e oprimidos deve ser mantida na nova central

O grande argumento dos companheiros é o de que o congresso é o momento mais democrático e representativo da entidade.

É uma verdade que, aplicada de maneira absoluta, essa proposta não permite a ninguém questionar a direção votada no congresso, a não ser que se convoque outro para eleger uma nova direção.

Os companheiros estão errados e direcionam todas as energias dos delegados para a disputa pelos cargos na direção da entidade.

Na experiência desenvolvida na Conlutas, um dos pontos altos é que os congressos se direcionam para a discussão política e programática e a elaboração dos planos de lutas da entidade.

Ao garantir que todas as entidades terão presença na Coordenação Nacional, a democracia na entidade é elevada a outro patamar, superior mesmo à aplicação formal da proporcionalidade, que pode deixar de fora correntes com menor expressão no congresso.

Não pode ser que uma executiva, cujos cargos não podem ser modificados, tenha mais legitimidade do que uma coordenação composta por todas as entidades filiadas e com mandatos revogáveis pela base.

A concepção desenvolvida dos companheiros aponta que a direção, de fato, seja a executiva, que não poderá ser modificada, mesmo que a luta de classes assim o exija, a não ser em um novo congresso.

É isso o que explica o fato de os companheiros sugerirem que a coordenação se reúna a cada três ou quatro meses, e não bimestralmente como acontece hoje na Conlutas (o que derruba a tese de que esse funcionamento regular não é possível), e que a executiva seja tão ampla.

Na proposta dos companheiros, 42 nomes são sugeridos, exatamente o dobro da atual composição que temos na Conlutas, divididos em 14 secretarias.

É óbvio que uma estrutura como essa exigirá a canalização de um grande esforço financeiro para o seu funcionamento. Além disso, a proposta dos companheiros não incorpora, pelos menos por enquanto, o funcionamento de GTs (grupos de trabalho), outra experiência que consideramos vitoriosa na Conlutas.

Ao contrário dos companheiros da Intersindical, consideramos que um dos elementos mais dinâmicos da Conlutas foi justamente definir como sua direção entre os congressos da entidade a Coordenação Nacional e não a executiva.

Por isso, estabelecemos uma reunião a cada dois meses. Aliás, o ideal seria um tempo menor, algo que não é possível justamente pelos custos financeiros e as dimensões de nosso país.

A executiva pode ser modificada a qualquer momento pelo voto dos representantes, expediente que foi utilizado durante a gestão atual, sem provocar paralisia no encaminhamento das decisões votadas.

A composição da delegação das entidades para a coordenação também pode mudar a qualquer momento, por decisão de suas instâncias. E as novas entidades filiadas se incorporam, de imediato, à estrutura de direção da entidade.

MELHORAMENTOS

Entendemos que esse modelo é um passo modesto, porém importante, na nossa compreensão do caráter de frente única da entidade que estamos construindo, e rompe com o modelo centralizado pela cúpula e burocratizado, herdado das experiências das centrais legalizadas no país.

Não consideramos que o modelo da Conlutas seja perfeito. A incorporação dos movimentos populares, de luta contra a opressão e das organizações da juventude na coordenação pode e deve melhorar. As formas de representação (devido ao tamanho do país) seguramente exigem ajustes.

Mas são temas sobre os quais a nova entidade unificada deverá se debruçar, incorporando as experiências da Conlutas e dos demais setores envolvidos no processo.

Quórum qualificado ou desrespeito à democracia operária?

Outro tema bastante relevante que surgiu no debate foi a proposta apresentada na tese da corrente "Unidos pra Lutar". Segundo ela, "a Coordenação Nacional, ao menos em temas relevantes para a vida política e orgânica da central, adotará o critério de 2/3 (dois terços) para aferir qualquer decisão". Para os companheiros, o objetivo deste mecanismo é "se obter o máximo de unidade política possível em suas resoluções".

Consideramos a proposta da "Unidos" um equívoco completo, que só serviria, se fosse adotada, para a paralisia da entidade, além de atentar contra a democracia no seu interior, já que confere poder de veto a setores minoritários.

Aqui também queremos fazer referência à experiência construída na Conlutas que, mesmo tendo muitas vezes posição consolidada sobre determinado tema, evitou votações que pudessem atentar contra sua unidade e, principalmente, obstruir os laços de confiança e experiência comum que vinham sendo construídos.

Por exemplo, no Conat, embora houvesse ampla maioria pela frente de esquerda nas eleições presidenciais de 2006, essa posição não foi levada a voto no Congresso.

Sobre o nome da organização unificada

A fusão da Conlutas, Intersindical e demais entidades da Coordenação Pró-Central implicará num passo adiante muito importante no processo de reorganização dos movimentos sindical e popular em curso no Brasil.

Este avanço ainda não se expressa no número de trabalhadores que organizará, pois seguiremos sendo uma organização minoritária. Mas a unificação se materializa politicamente pela junção de vários setores em torno à construção de um projeto comum.

O congresso de junho será, essencialmente, a unificação de várias organizações já existentes e que trazem consigo o patrimônio político e organizativo que construíram no período anterior.

Historicamente, em processos de unificação como este, as organizações envolvidas buscam construir o equilíbrio para expressar o novo que surge, mas sem jogar fora o patrimônio organizativo e, principalmente, político, construído anteriormente por cada uma delas.

Isso se manifestou inclusive nos nomes de algumas destas organizações como a AFL-CIO dos EUA ou o PIT-CNT do Uruguai*.

Acreditamos que o nosso caso, aqui no Brasil, guarda semelhança com esses processos.

Nossa proposta é que a nova organização tenha como nome Conlutas-Intersindical, as duas organizações que deixarão efetivamente de existir.

Não se trata de nenhuma desconsideração com os demais setores envolvidos (MTL, MTST, Pastoral Operária-SP, MAS, entre outros), mas do reconhecimento de que esses setores manterão a sua existência e seu pleno funcionamento político e organizativo após o congresso.

*AFL - Federação Americana do Trabalho (EUA); CIO - Congresso de Organizações Industriais (EUA); PIT - Plenária Intersindical dos Trabalhadores (Uruguai); CNT - Confederação Nacional do Trabalho (Uruguai).

Veja o calendário do II Congresso da Conlutas e do Conclat

Maio
Dia 6 – prazo limite para cadastramento das assembleias
Dia 16 – prazo limite para realização das assembleias
Dia 20 – prazo para pagamento das taxas de inscrição
*As assembleias devem ser comunicadas com dez dias de antecedência.

Para obter informações acesse os sites: www.conlutas.org.br e www.congressodaclassetrabalhadora.org

Classis

HENRIQUE CANARY,
da Secretaria Nacional de Formação

Em recente entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, Lula declarou: "Essa mistura de um sindicalista com um grande empresário e um documento que fosse factível e compreensível pela esquerda e pela direita, pelos ricos e pelos pobres, é que garantiu a minha chegada à Presidência". Essa declaração demonstra até que ponto o presidente se afastou dos princípios que deram origem ao PT e à CUT e o lançaram no centro da cena política no início dos anos 80.

Lula é fruto de uma ideia que ele mesmo renega: a de que operários e patrões são classes sociais inimigas. Por isso, os trabalhadores, em suas lutas, devem trilhar um caminho próprio, ter sua própria política e suas próprias organizações. A essa ideia de independência dos trabalhadores em relação à burguesia chamamos classismo.

O classismo foi a inspiração do movimento de massas nos anos 1980. Foi em nome dessa ideia que Lula, na época, rejeitou a proposta de Fernando Henrique Cardoso de formar, por fora do MDB, um novo partido democrático que unisse trabalhadores e patrões. Pressionado pela força do ascenso operário, Lula aderiu à ideia de construir um partido só de trabalhadores. Nascia o PT, que combatia a ditadura e ao mesmo tempo não aceitava em seu interior patrões e empresários.

Os trabalhadores haviam derrotado a ditadura através da ação direta e se sentiam fortes para se organizar e lutar de maneira independente, sem concessões ou acordos políticos com a burguesia e o governo. O 3º Congresso da CUT, realizado em 1988, proclamava: "A CUT entende que não pode haver pacto entre desiguais, e que nesse tipo de pacto os trabalhadores só têm a perder. Por isso, a CUT se manifesta firmemente contra qualquer tentativa de acordo ou pacto que tenha por objetivo retirar conquistas ou restringir a liberdade que a classe trabalhadora deve ter para avançar nas suas conquistas".

> A burguesia trabalha incansavelmente para convencer os operários de que patrões e empregados têm, no fundo, os mesmos interesses

O ABANDONO DO CLASSISMO NOS ANOS 1990

As fortes lutas dos anos 1980 levaram o PT a inúmeras prefeituras e mais tarde ao governo de alguns estados. Começou aí um processo de adaptação à ordem burguesa. O classismo foi sendo abandonado. Os métodos e princípios do antigo movimento deram lugar a uma única estratégia: a eleição de Lula à Presidência da República.

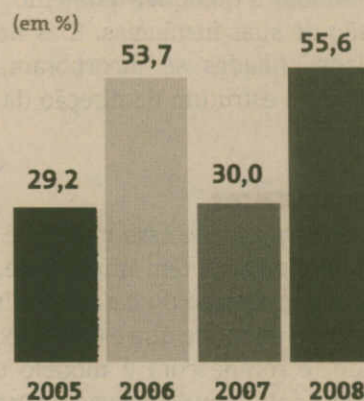
É nesse período que surgem, por iniciativa da direção da CUT, as câmaras setoriais: mesas permanentes de negociação, onde os gerentes das multinacionais sentam-se com os dirigentes sindicais para estabelecer, de comum acordo, metas de produção e venda e negociar o número de demitidos a cada crise. É aí também que o PT abandona o perfil classista para se tornar cada vez mais um partido da colaboração entre as classes. O "Vote no 3 que o resto é burguês!" do início dos anos 1980 virou "O PT que diz SIM" da campanha de 1996 à Prefeitura de São Paulo.

LULA E O PT NO PODER

O PT venceu as eleições em 2002 aliado ao PP, legenda de aluguel da alta burguesia industrial. No governo, Lula cumpriu a fundo a principal promessa feita na Carta ao Povo Brasileiro: governar com e para a burguesia. Colocou o banqueiro Henrique Meirelles no Banco Central, o latifundiário Roberto Rodrigues no Ministério da Agricultura, o empresário Fernando Furlan no Ministério da Indústria e Comércio e um longo etc. Apesar de algumas mudanças ao longo desses oito anos, a política ministerial de Lula permaneceu a mesma: os ministérios são ocupados por figuras de peso do empresariado nacional.

O resultado: Lula manteve os compromissos com o FMI e grandes credores internacionais, aplicou uma política de juros que beneficia o capital financeiro, assentou menos famílias do que FHC, manteve no Haiti uma ocupação militar cujo verdadeiro objetivo é impedir uma revolta do povo contra a exploração das multinacionais ali instaladas, introduziu modificações no sistema previdenciário que dificultam ainda mais a aposentadoria, acabou com a independência da CUT, manteve o MST paralisado, minou a confiança dos trabalhadores em suas próprias forças e comprou com o Bolsa Família a consciência de uma parte da população que vivia uma situação de miséria biológica.

Isso tudo aconteceu porque Lula decidiu governar com empresários e patrões. As ações do governo sempre tiveram como objetivo fundamental preservar "essa mistura de um sindicalista com um grande empresário". O preço dessa mescla é que os trabalha

Remessa de lucros para o exterior

Crescimento da massa salarial

mo

dores sustentaram por oito anos a farra dos banqueiros, das empreiteiras, do agronegócio e das multinacionais.

COMO A COLABORAÇÃO DE CLASSES SE TORNA UMA IDEOLOGIA DOMINANTE

Mas por que os trabalhadores que votaram em Lula aceitam essa situação pacificamente? A resposta é simples: porque a burguesia e seus agentes trabalham incansavelmente para convencer os operários de que patrões e empregados têm, no fundo, os mesmos interesses. A colaboração de classes é um exemplo daquelas mentiras que, repetidas mil vezes, acabam virando verdade.

Quando a economia cresce, tenta-se convencer os trabalhadores de que não é hora de pedir aumento porque "o bolo ainda não cresceu o bastante; é preciso esperar o bolo crescer para repartir". É uma imagem forte que convence muita gente. Afinal, quem, em sã consciência, retiraria um bolo cru do forno? O que a burguesia e seus agentes escondem é que nunca a vida dos trabalhadores melhora na mesma proporção do crescimento econômico. É o contrário: a lucratividade das empresas sempre aumenta em proporção maior do que o crescimento do país.

Para demonstrar isso, tomemos os dados dos últimos anos de crescimento (veja o gráfico à esquerda). Comparemos o crescimento da massa salarial da população com a remessa de lucros ao exterior por parte de empresas multinacionais e especuladores estrangeiros. Veremos que os dois itens crescem, porém em proporção muito distinta, o que demonstra a mentira da ideia do bolo que "cresce" e então é dividido "por todos".

Como se vê, quem ganha para valer com o crescimento econômico não são os trabalhadores que produzem as riquezas do país, mas sim as multinacionais e especuladores estrangeiros. Para garantir uma melhoria real do nível de vida dos trabalhadores, é preciso interromper a pilhagem do país e a exploração do trabalho do povo.

Não é possível fazer isso com a "mistura de um sindicalista com um grande empresário" por um motivo muito simples: o grande empresário não vai abrir mão do seu lucro. A conclusão é lógica: mais uma vez, os trabalhadores é que terão que abrir mão de melhorar as suas vidas.

A COLABORAÇÃO DE CLASSES DURANTE AS CRISES

Após os períodos de crescimento, vêm as crises. Nesses momentos, o discurso dos patrões e dos burocratas sindicais muda, mas a lógica se mantém: a de que somente "com o sacrifício de todos" é possível evitar uma tragédia ainda maior. Nesse caso, o "sacrifício de todos" é a demissão de uma parte dos trabalhadores, a diminuição da jornada com redução de salário, o corte de direitos e o aumento das remessas de lucros ao exterior para salvar as matrizes.

Por isso, em 2008, ano em que estourou a crise econômica mundial, a remessa de lucros do Brasil para o exterior, ao invés de diminuir, aumentou, atingindo a cifra de 33 bilhões de dólares, 55% a mais do que havia sido enviado em 2007 (21 bilhões de dólares). Ou seja, foram os trabalhadores brasileiros que salvaram as matrizes da GM, Volkswagen, Renault, Fiat e tantas outras que, ainda assim, não deixaram de demitir e reduzir salários.

Quando a Embraer demitiu 4.200 funcionários, Lula disse que estava "torcendo pelos trabalhadores". O governo, que é acionista da empresa, cobrou apenas explicações e nada mais. Quando as grandes montadoras ameaçaram demitir em massa, Lula correu com a ajuda de R$ 4 bilhões e a redução do IPI. Para os banqueiros foram liberados R$ 160 bilhões do compulsório. Já os trabalhadores ganharam somente a ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego, o que resultou num gasto de apenas R$ 126 milhões ao governo federal. Literalmente, menos de um milésimo do que foi distribuído a um punhado de bancos e grandes empresas.

Esses tristes episódios demostram claramente que, na "mistura de um sindicalista com um grande empresário" quem ganha é sempre o grande empresário. É para ele que Lula decidiu governar.

EM DEFESA DO CLASSISMO!

A história demonstra que as grandes conquistas da classe operária foram arrancadas com a luta e a organização independente: a jornada de oito horas, as leis trabalhistas, a derrota da ditadura militar, as liberdades políticas e sindicais e tantas outras.

Em vez da colaboração de classes, defendida hoje pela maioria esmagadora da esquerda, o PSTU propõe o classismo: a noção de que trabalhadores e burgueses são classes sociais inimigas. Portanto, a unidade entre eles só é possível com a condição de que os trabalhadores abram mão de seus interesses em benefício dos lucros da burguesia. O classismo, que para muitos é uma palavra engraçada e fora de moda, para nós é um guia para a ação, um princípio que simplesmente nunca deveria ter sido abandonado.

PSOL: o abandono do classismo

Infelizmente, o abandono do classismo e a adoção de uma política de colaboração de classes não são exclusividade de Lula e do PT. Nas eleições de 2008, o PSOL de Porto Alegre recebeu R$ 100 mil da Gerdau, uma das maiores fabricantes de aço do país. Apesar da indignação dos militantes, nenhuma medida foi tomada contra a direção do PSOL gaúcho. Luciana Genro, então candidata a prefeita, acabou utilizando o dinheiro e obteve 10% dos votos. A explicação foi surpreendente: "A empresa não pede nada em troca; se eu não aceitar, eu sou burra".

Luciana não é burra nem ingênua. Sabe bem que, quando os patrões financiam campanhas de partidos de esquerda, o fazem para forçá-los a abandonar suas posições radicais e adotar um programa mais moderado. O resultado nunca é imediato. De fato, nunca se pede nada formalmente. Apenas se oferece dinheiro.

Mas, em médio prazo, com seguidos financiamentos, cria-se uma relação de dependência, e a burguesia acaba dobrando essas organizações. O PT é a expressão disso em sua forma mais degenerada. O PSOL, infelizmente, caminha no mesmo sentido. Tanto é assim que a tragédia da Gerdau acaba de se repetir: a conferência eleitoral do PSOL gaúcho já aprovou o recebimento de dinheiro de empresas para a campanha eleitoral deste ano.

Colaboração de classes: a herança stalinista

Nos anos 1930, o nazifascismo adquiriu peso de massas em vários países, chegando ao poder na Alemanha e na Itália. Na Alemanha, existia um poderoso partido social-democrata, de orientação reformista, mas operário em sua composição. Também o Partido Comunista Alemão, stalinista, era muito forte.

Juntos, esses dois partidos poderiam ter derrotado o nazismo, mas o stalinismo se negou a fazer qualquer unidade com a social-democracia. Afirmava que ela era na verdade "a ala esquerda do fascismo". Essa política ultraesquerdista teve consequências desastrosas conhecidas: Hitler chegou ao poder em 1933 sem encontrar praticamente resistência do movimento operário, dividido pela política suicida de Stalin.

Depois que o nazismo chegou ao poder, o stalinismo deu uma guinada à direita: passou a dizer que para derrotar o nazismo era preciso uma aliança entre os trabalhadores e a burguesia democrática, mas não se tratava de uma aliança para lutar.

O que se propunha era a criação de governos de unidade com a burguesia dita "progressiva". O objetivo de construir um governo só de trabalhadores era abandonado. O stalinismo chamou essa política de "Frente Popular". Estava criada assim a expressão que seria sinônimo de derrota e desmoralização para a classe operária do mundo inteiro.

Zé Maria percorre o país

Em Minas Gerais, Zé comparou mineradoras com colonizadores; no Rio, ato reuniu cerca de 300 pessoas

FLÁVIO VASCONCELLOS

Zé Maria discursa no lançamento da pré-candidatura no Rio de Janeiro

Do dia 21 à 24 de abril, Zé Maria esteve em Minas Gerais, junto com Vanessa Portugal, pré-candidata ao governo do estado. Além da capital Belo Horizonte, o pré-candidato do PSTU à Presidência da República esteve nas cidades de São João Del Rei, Mariana e Itajubá. Em São João, participou de um ato com mais de 2 mil professores em greve.

No dia do descobrimento do Brasil, Zé Maria comparou a mineradora aos colonizadores que saquearam as riquezas do país. Durante a visita, um manifesto foi entregue à imprensa.

Ele defendeu a reestatização da Vale sob controle dos trabalhadores. *"Apesar de usar as cores da nossa bandeira, a Vale é uma empresa controlada por grandes bancos, como o JP Morgan e o Citibank"*, explicou. *"Ela age como qualquer outra multinacional, o que vale é o lucro"*, afirma.

RIO DE JANEIRO

O ato que apresentou as pré-candidaturas de Zé Maria à Presidência e de Cyro Garcia ao governo do Rio de Janeiro reuniu cerca de 300 pessoas na noite de uma quarta-feira, dia 14, na capital fluminense.

O evento aconteceu uma semana depois da calamidade que afetou os trabalhadores do Rio. Por culpa do descaso dos governos, as chuvas provocaram caos e tragédia na vida do povo pobre das favelas.

Cyro Garcia dedicou parte da sua fala à denúncia dos verdadeiros responsáveis pelas mortes após as chuvas. *"É com muita revolta e com muita indignação que a gente tem que se referir a este fato"*, disse Cyro.

Zé Maria concentrou sua fala no debate sobre a necessidade de os trabalhadores governarem. Defendeu que a esquerda socialista tem o dever de apresentar uma candidatura para combater tanto Dilma, candidata de Lula, quanto a direita tradicional, representada por José Serra. "Lula não vai fazer as mudanças, vai governar para os patrões, mas não queremos a volta da direita tradicional", declarou. Zé disse ainda que *"o PSTU, ao apresentar suas pré-candidaturas, pretende encarar este desafio"*.

Confira abaixo os próximos atos da pré-candidatura

ABRIL

29 - quinta-feira
Ouro Branco (MG)

30 - sexta-feira
Fortaleza. Local: Sindicato da Construção Civil, às 18h

MAIO

1º - sábado
Zé Maria participa de ato classista na praça da Sé, em São Paulo

5 - quarta-feira
Zé Maria na USP - reuniões com ativistas e lutadores

7 - sexta-feira
Belém (PA)
Evento às 19h no Clube Monte Líbano

Cláudia Durans, mulher, negra e socialista

DA REDAÇÃO*

A Conferência Nacional do PSTU aprovou a companheira Cláudia Alves Durans como pré-candidata a vice-presidente. Cláudia tem 45 anos e é professora de serviço social na Universidade Federal do Maranhão.

A candidatura de Cláudia expressa a luta de negros e mulheres contra a opressão do sistema capitalista. É também uma forma de se opor à candidatura de Dilma Rousseff, que busca se apresentar como representante da luta das mulheres. "Dilma não resolverá nossos problemas apenas porque é uma mulher. Mais do que o sexo do candidato, importa é se vai governar com os trabalhadores, que programa defenderá. Não basta ser mulher, tem de ser socialista", afirma Cláudia.

A pré-candidata também esteve no Haiti do dia 30 de março a 3 de abril, com a caravana da Conlutas. Ela percorreu as ruas de Porto Príncipe e testemunhou toda a destruição e a situação precária em que vivem os haitianos.

TRAJETÓRIA DE LUTA

Cláudia é uma das fundadoras do PSTU, tendo sido uma das principais militantes do partido no Maranhão. Iniciou sua militância ainda no movimento estudantil. Hoje, atua junto aos professores universitários, sendo parte da direção do sindicato nacional, o ANDES-SN. Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco, Cláudia é autora do livro "Limites do Sindicalismo e Reorganização da Luta Social", onde analisou a experiência de luta dos ferroviários e metalúrgicos do Maranhão. ■